

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume I*

58^a edição Revista,
atualizada
e ampliada

- Teoria Geral do
Direito Processual Civil
- Processo de Conhecimento
- Procedimento Comum



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1985

58ª edição – 2017

- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 04.01.2017
- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T289c

Theodoro Júnior, Humberto.

Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I / Humberto Theodoro Júnior. 58. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7322-3

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDU: 347.9

347.9(81)

/341.46/

1084357

Índice da Matéria

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º Direito Processual Civil	3
1. Noções gerais	3
2. Definição	4
3. Natureza	5
4. Relações com outros ramos do Direito	5
5. Objetivo	7
6. Novos rumos do direito processual civil	8
7. Universalidade dos problemas do processo moderno	10
§ 2º História do Direito Processual Civil	12
8. Origens	12
9. Evolução: mundo clássico. Grécia	12
10. O processo civil romano	13
11. Processo comum	14
12. O processo civil moderno (fase científica)	16
13. Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI	16
14. Direito processual civil brasileiro	17
15. Regulamento nº 737	18
16. Códigos estaduais	19
17. Códigos unitários	19
18. O Código de 1973	20
19. As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil	21
20. A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional	23
21. O Novo Código de Processo Civil	25
§ 3º Fontes do Direito Processual Civil	31
22. Noções gerais	31
23. Lei processual	32
24. A Constituição e os tratados	34

25. Doutrina e jurisprudência.....	35
26. A lei processual no tempo.....	38
27. A lei processual no espaço.....	39
28. Interpretação das leis processuais.....	39

Capítulo II – Princípios e normas fundamentais do processo civil

§ 4º Princípios Informativos do Direito Processual.....	43
29. Noções gerais: princípios universais.....	43
30. Princípios informativos e normas fundamentais do processo.....	46
31. Princípio do devido processo legal.....	47
32. Processo legal e processo justo.....	50
33. Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	54
34. Princípio da verdade real.....	56
35. Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	59
36. Princípio da oralidade.....	61
36.1. Processo justo e oralidade.....	62
36.2. Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	63
37. Princípio da economia processual.....	64
38. Princípio da duração razoável do processo.....	65
39. Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	66
§ 5º Normas Fundamentais do Processo Civil.....	67
40. Noções introdutórias.....	67
41. Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	68
42. Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	70
43. Princípio da demanda.....	72
44. Acesso à Justiça (art. 3º).....	74
45. Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	75
46. Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º)....	75
47. Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	77
48. Boa-fé (art. 5º).....	78
49. Princípio da cooperação (art. 6º).....	81
50. Princípio do processo justo e efetivo.....	85
51. Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10).....	85
52. Princípio da legalidade (art. 8º).....	88
53. Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º).....	91
54. Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º)....	92
55. Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11).....	93
56. Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12).....	95
§ 6º Aplicação das Normas Processuais.....	97
57. Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13).....	97
58. Legislação estadual concorrente.....	98
59. Aplicação imediata da lei processual (art. 14).....	98
60. Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15).....	99

Capítulo III – Função Jurisdicional

§ 7º Jurisdição, Processo e Ação	101
61. Imperatividade da ordem jurídica	101
62. Justiça privada e justiça pública.....	101
63. As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	102
§ 8º Jurisdição	104
64. Jurisdição.....	104
65. Jurisdição, função e efetividade.....	107
66. Características da jurisdição	108
67. Imparcialidade e disponibilidade.....	111
68. Objetivo da jurisdição	113
69. Efetividade da tutela jurisdicional.....	114
70. Princípios fundamentais	115
71. Jurisdição civil	117
72. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	117
73. Substitutivos da jurisdição	121
74. A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	123
75. Panorama global do aprimoramento da jurisdição, na evolução do Estado de Direito.....	126
§ 9º Processo	130
76. Conceito	130
77. A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	131
78. Processo e procedimento	132
79. Características do procedimento	135
80. Autonomia do processo.....	136
81. Espécies de processo	137
82. Funções do processo.....	138
83. Independência dos processos	139
84. Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	140
85. Tutela ordinária e tutela de urgência	141
86. Tutela sancionatória e tutela inibitória	142
87. Pressupostos processuais.....	143
88. Os pressupostos processuais e a nulidade do processo.....	145
§ 10. Ação	150
89. O monopólio estatal da justiça	150
90. A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	150
91. Autonomia do direito de ação	152
92. A evolução do conceito de ação	152
93. Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	154
93.1. Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional	155
94. A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	156
94.1. Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado.....	157

95. Condições da ação.....	158
96. Enumeração e conceituação das condições da ação.....	162
97. Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil.....	163
98. Limites temporais da apreciação das condições de ação.....	169
99. Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa	171
100. Classificação das ações	172
101. Ação e pretensão	174
102. Ação e pretensão nos planos material e processual.....	175
103. Ação e causa.....	178
104. Elementos identificadores da causa	179
105. Cumulação de ações	181
106. A defesa do réu	182
107. Espécies de resposta.....	183

Capítulo IV – Elementos e Efeitos do Processo

§ 11. Elementos do Processo.....	185
108. Visão dinâmica e estática do processo	185
109. A relação processual	186
110. Classificação dos elementos do processo.....	187
§ 12. Efeitos da Relação Processual.....	188
111. Noções gerais.....	188
112. Direitos processuais	188
113. Obrigações processuais	188
114. Deveres processuais	188
115. Ônus processuais.....	189

Parte II – Competência

Capítulo V – Limites da Jurisdição Nacional

§ 13. Noções Gerais.....	191
116. Conceito	191
117. Distribuição da competência.....	192
118. Classificação da competência	193
§ 14. Competência Internacional	194
119. Noções gerais.....	194
120. Espécies de competência internacional.....	194
121. Competência concorrente e litispendência	196
§ 15. Cooperação Internacional	198
122. Noções gerais.....	198
123. Modalidades de cooperação	200

124. Do auxílio direto	200
125. Da carta rogatória	202
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória.....	203
§ 16. Competência Interna.....	204
127. Noções gerais.....	204
128. Competência em matéria civil.....	205
129. Competência da Justiça Federal.....	206
130. Competência das Justiças Estaduais	208
§ 17. Critérios de Determinação da Competência Interna.....	209
131. Generalidades.....	209
132. Competência do foro e competência do juiz.....	211
133. Divisão da competência do foro.....	211
134. Cumulatividade de juízos competentes.....	211
135. Competência por distribuição.....	211
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	212
§ 18. Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria.....	217
137. Competência em razão do valor da causa.....	217
138. Competência em razão da matéria	217
§ 19. Competência Funcional	218
139. Conceito	218
140. Classificação.....	218
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição.....	219
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo	219
§ 20. Competência Territorial.....	220
143. Conceito	220
144. Foro comum.....	221
145. Foros subsidiários ou supletivos	221
146. Foros especiais.....	222
147. Ações reais imobiliárias.....	223
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	223
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	225
150. Foros <i>ratione personae</i>	228
151. Foro das pessoas jurídicas.....	229
152. Foro dos Estados e Municípios.....	229
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	230
154. Foro relativo à arbitragem.....	231
155. Foro do idoso.....	231
156. Foro central e foros distritais ou regionais.....	232
§ 21. Modificações da Competência	235
157. Competência absoluta e competência relativa	235
158. Prorrogação de competência	236

159. Prorrogação legal. Conexão e continência.....	237
160. Modalidades de conexão.....	238
161. Continência.....	239
162. Intensidade da conexão.....	240
163. Efeito prático da conexão.....	243
164. Efeito prático da continência.....	244
165. Prevenção.....	245
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	245
167. A conexão e a competência absoluta.....	246
168. Oportunidade da reunião das ações conexas.....	247
169. Outros casos de prorrogação legal.....	248
170. Conexão entre ação penal e ação civil.....	249
171. Prorrogação voluntária.....	252
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.....	254
173. Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão....	255
174. Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal.....	256
§ 22. Declaração de Incompetência.....	258
175. Verificação de competência.....	258
176. Alegação de incompetência.....	259
177. Foro de eleição e declinação de competência.....	260
§ 23. Conflito de Competência.....	263
178. Noções gerais.....	263
179. Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	264
180. Procedimento do conflito.....	265
181. Efeitos do conflito.....	266
§ 24. Cooperação Nacional.....	268
182. Noções gerais.....	268

Parte III – Sujeitos do Processo

Capítulo VI – Partes e Procuradores

§ 25. Partes.....	269
183. Partes.....	269
184. Nomenclatura.....	270
185. Substituição processual.....	271
186. Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	273
187. Capacidade processual.....	274
188. Massas patrimoniais personalizadas.....	275
189. Capacidade processual das pessoas casadas.....	276
190. Curatela especial.....	280
191. Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais.....	281
192. Incapacidade processual e irregularidade de representação.....	283
§ 26. Deveres e Direitos das Partes e Procuradores.....	285
193. Deveres.....	285

194. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	287
195. Responsabilidade das partes por dano processual.....	291
196. Direitos	293
197. Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves	294
§ 27. Despesas e Multas	296
198. Ônus financeiro do processo	296
199. Antecipação das despesas	297
200. Autor residente fora do Brasil (<i>cautio pro expensis</i>)	299
201. A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	300
202. Ressalvas aos efeitos da sucumbência	301
203. Extinção do processo por perda do objeto	302
204. Sucumbência recíproca	304
205. Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	304
206. Multas	305
207. Honorários de advogado.....	305
208. Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado	306
209. Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos.....	307
210. Honorários do curador especial.....	307
211. Cabimento da verba sucumbencial de honorários	309
212. Inoperância da sucumbência.....	314
213. Fixação dos honorários	315
214. Critérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública	316
214-A. Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.....	318
215. Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	319
216. Execução dos honorários de sucumbência.....	320
217. Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios	321
218. Assistência judiciária (gratuidade da justiça)	321
219. Assistência judiciária e atos notariais ou registrais.....	324
220. Procedimento para obtenção da assistência judiciária	324
221. Regime especial de intimação da Defensoria Pública.....	325
222. Revogação do benefício.....	326
§ 28. Advogados.....	327
223. Capacidade de postulação.....	327
224. O mandato judicial	327
225. Revogação e renúncia do mandato	329
226. Direitos e deveres	329
§ 29. Sucessão das Partes e dos Procuradores.....	332
227. Sucessão de parte.....	332
228. Sucessão do advogado	334
<i>Capítulo VII – Pluralidade de Partes</i>	
§ 30. Litisconsórcio.....	337
229. Pluralidade de partes	337

230. Classificações	338
231. Espécies de litisconsórcio.....	338
232. Sistema do Código	340
233. Casos legais de litisconsórcio.....	341
234. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.....	342
235. Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo novo Código	343
236. Litisconsórcio necessário ativo e passivo	345
237. Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário	346
238. Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	348
239. Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz	349
240. Litisconsórcio facultativo unitário.....	351
241. Litisconsórcio facultativo recusável.....	352
242. Posição de cada litisconsorte no processo	353
243. Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	355
§ 31. Intervenção de Terceiros	357
244. Conceito	357
245. Classificações	357
§ 32. Assistência.....	359
246. Conceito	359
247. Pressupostos da intervenção.....	359
248. Assistência simples e assistência litisconsorcial	361
249. Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	363
250. Procedimento	364
251. Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial.....	365
252. Encargos do assistente e limites de sua atuação	366
253. Recursos	368
254. A assistência e a coisa julgada.....	369
255. Assistência provocada.....	370
256. Assistência atípica ou negociada	371
257. Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual.....	372
258. O recurso de terceiro prejudicado	373
§ 33. Denúnciação da Lide	376
259. Conceito	376
260. Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos.....	378
261. Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	379
262. Obrigatoriedade da denúnciação da lide	382
263. Casos de não cabimento da denúnciação da lide.....	383
264. Objetivo do incidente	384
265. Legitimação.....	384
266. Procedimento	385
267. Efeitos da denúnciação da lide	387
268. Cumprimento da sentença que acolhe a denúnciação	389

269. Recursos	390
270. Execução da sentença	390
271. Denúncias sucessivas	392
§ 34. Chamamento ao Processo	395
272. Conceito	395
273. Casos de admissibilidade do incidente	395
274. Procedimento	397
275. Chamamento ao processo nas ações do consumidor	398
276. O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil	398
§ 35. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	401
277. A desconsideração da personalidade jurídica	401
278. A desconsideração inversa da personalidade jurídica	403
279. Procedimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	404
280. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica	407
281. Prevenção contra a fraude	407
§ 36. <i>Amicus Curiae</i>	410
282. Conceito	410
283. Natureza jurídica	411
284. Procedimento da intervenção	413
285. Poderes do <i>amicus curiae</i>	415
286. Deslocamento de competência	416
287. Custas e honorários processuais	416

Capítulo VIII – Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça

§ 37. Organização Judiciária	417
288. O Poder Judiciário brasileiro	417
289. Duplo grau de jurisdição	419
290. Jurisdição extraordinária	419
291. Competência	420
292. Disciplina da magistratura	421
§ 38. Órgãos Judiciários	422
293. Juízes	422
294. Requisitos de atuação do juiz	422
295. Garantias da magistratura	423
296. Poderes e deveres procedimentais do juiz	424
297. Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório	428
298. Atividade criativa do juiz	430
299. Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial	431
300. Responsabilidade do juiz	434
301. Garantia de imparcialidade do juiz	435
302. Casuismo legal	435

303. Juiz-testemunha.....	437
304. Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	438
305. Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição	438
306. Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais	441
§ 39. Auxiliares da Justiça.....	443
307. O juízo	443
308. Escrivão ou chefe de secretaria.....	443
309. Oficial de justiça.....	446
310. Perito.....	447
311. Depositário e administrador	449
312. Intérprete e tradutor	450
313. Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	451
314. Outros auxiliares eventuais.....	464

Capítulo IX – Sujeitos Especiais do Processo

§ 40. O Ministério Público	465
315. Conceito	465
316. Funções.....	466
316.1. Funções de <i>custos legis</i> , segundo o Conselho Nacional do Ministério Público	467
317. Natureza	468
318. Ministério Público como parte.....	469
319. Ministério Público como <i>custos legis</i>	470
320. Ausência do Ministério Público no processo	471
321. Órgãos do Ministério Público	471
322. Princípios e garantias.....	472
323. Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público	472
§ 41. Da Advocacia Pública.....	473
324. Conceito, funções e prerrogativas	473
325. Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados ...	473
§ 42. Da Defensoria Pública.....	474
326. Conceito, funções e prerrogativas.....	474
327. Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública.....	474

Parte IV – Atos Processuais

Capítulo X – Fatos Jurídicos Processuais

§ 43. Atos Processuais.....	475
328. Conceito	475
329. Características e natureza dos atos processuais	477
330. Agentes	478
331. Atos do processo e atos do procedimento	479
332. Classificação dos atos processuais	479
333. Forma dos atos processuais.....	481

334. Publicidade.....	482
335. Meios de expressão	483
336. Os negócios jurídicos processuais.....	484
337. Calendário para a prática de atos processuais.....	489
338. O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar	490
339. O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	492
340. A prática eletrônica de atos processuais no novo Código de Processo Civil	495
341. O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	496
§ 44. Atos da Parte.....	498
342. Conceito e classificação	498
343. Eficácia dos atos das partes.....	499
344. Petições e autos suplementares.....	500
345. Cotas marginais e interlineares nos autos.....	501
§ 45. Atos do Juiz	502
346. Atividade processual do juiz.....	502
347. Atos decisórios.....	502
348. Definições legais.....	503
349. Decisão interlocutória	506
350. Despachos	507
351. Sentença.....	508
352. Atos não decisórios	511
353. Forma dos atos decisórios.....	512
§ 46. Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	514
354. Documentação e comunicação dos atos processuais	514
355. Autuação.....	515
356. Termos processuais	516
357. Forma dos termos	516
<i>Capítulo XI – O Ato Processual no Tempo e no Espaço</i>	
§ 47. O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	519
358. O tempo.....	519
359. Feriados e férias forenses.....	520
360. Processos que correm nas férias.....	522
361. Férias e recesso forense.....	522
362. O lugar	523
§ 48. Prazos.....	525
363. Disposições gerais	525
364. Classificação.....	526
365. Natureza dos prazos.....	526
366. Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	528
367. O curso dos prazos.....	528

368. Contagem dos prazos: termo inicial.....	532
369. Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	535
370. Prazos para recurso.....	537
371. Ciência inequívoca.....	539
372. Termo final.....	540
373. Preclusão.....	541
374. Prazos para as partes.....	542
375. Prazos para o juiz e seus auxiliares.....	543
376. Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública.....	544
377. Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	545
378. Inobservância de prazo da parte.....	545
379. Inobservância dos prazos do juiz.....	546

Capítulo XII – O Intercâmbio Processual

§ 49. Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo.....	549
380. Intercâmbio processual.....	549
381. Forma dos atos de comunicação.....	550
382. A comunicação eletrônica.....	550
383. Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias.....	550
384. Requisitos das cartas.....	551
385. Cumprimento das cartas.....	553
386. Cartas urgentes.....	554
387. Custas nas cartas.....	554
388. Cartas rogatórias.....	555
§ 50. Citação.....	556
389. Conceito.....	556
390. Suprimento da citação.....	557
391. Destinatário da citação inicial.....	559
392. Local da citação.....	560
393. Impedimento legal de realização da citação.....	560
394. Modos de realizar a citação.....	561
395. Citação por oficial de justiça.....	562
396. Citação com hora certa.....	564
397. Citação pelo correio.....	566
398. Citação por edital.....	568
399. Citação por meio eletrônico.....	570
400. Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	571
401. Efeitos da citação.....	571
402. Litispendência.....	572
403. Litigiosidade.....	572
404. Mora.....	573
405. Prescrição.....	573
406. Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	574
407. A força de interpelação reconhecida à citação.....	575

§ 51. Intimações.....	577
408. Conceito	577
409. Forma.....	577
410. Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	583
411. Aperfeiçoamento da intimação.....	585
412. Intimação em audiência	586
413. Intimação por edital ou com hora certa.....	587
414. Efeitos da intimação.....	587

Capítulo XIII – Invalidade dos Atos Processuais

§ 52. Nulidade.....	589
415. Conceito	589
416. Espécies de vícios do ato processual.....	590
417. Atos inexistentes.....	590
418. Noção de nulidade	591
419. Atos absolutamente nulos	591
420. Atos relativamente nulos.....	592
421. Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	593
422. Sistema de nulidades do Código	594
423. Nulidades cominadas pelo Código.....	595
424. Nulidades da citação e intimação.....	597
425. Arguição das nulidades	597
426. Momento da arguição.....	598
427. Decretação de nulidade.....	599
428. Efeitos da decretação	599

Capítulo XIV – Outros Atos Processuais

§ 53. Registro, Distribuição e Valor da Causa.....	601
429. Noções introdutórias	601
430. Registro.....	601
431. Distribuição	601
432. Distribuição por dependência.....	603
433. Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	604
434. Valor da causa.....	608
435. Impugnação ao valor da causa	611

Parte V – Tutela Provisória

Capítulo XV – Tutela de urgência e tutela da evidência

§ 54. Noções Gerais.....	613
436. Introdução.....	613
437. Tutelas de urgência e da evidência.....	614
438. Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias.....	616
439. A abolição da ação cautelar.....	618

440. A visão unitária da tutela de urgência.....	619
441. Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência.....	621
442. Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência.....	621
442-A. Modificação e revogação da medida provisória.....	623
442-B. Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória...	625
442-C. Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente.....	626
443. Regras comuns a todas as tutelas provisórias.....	626

Capítulo XVI – Tutelas de Urgência (I)

§ 55. Classificação, Características, Requisitos, Iniciativa, Forma e Conteúdo.....	629
444. Classificação das tutelas provisórias cautelares.....	629
445. Requisitos da tutela provisória de urgência.....	631
446. O <i>fumus boni iuris</i>	631
447. O <i>periculum in mora</i>	632
448. Reversibilidade.....	633
449. Perigo de dano reverso.....	634
450. Fungibilidade das tutelas de urgência.....	635
451. Necessidade de fundamentação adequada.....	636
452. Medida liminar <i>inaudita altera parte</i>	637
453. Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público.....	638
454. Comprovação dos requisitos da medida liminar.....	639
455. Distinção entre liminar e medida de urgência.....	640
456. Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade.....	641
457. Contracautela.....	643
458. Oportunidade da tutela de urgência.....	645
459. Iniciativa da tutela de urgência e da evidência.....	646
460. Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas.....	647
461. Poder discricionário na tutela de urgência genérica.....	648
462. Forma e conteúdo das tutelas de urgência.....	648
463. A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida.....	649
464. Aplicação prática de medidas inominadas.....	650
465. Limites do poder geral de cautela.....	651

Capítulo XVII – Tutelas de Urgência (II)

§ 56. Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência.....	655
466. Competência.....	655
467. Os procedimentos das tutelas de urgência.....	657
468. Tutela de urgência incidental.....	657
469. Tutela de urgência antecedente.....	658
§ 57. Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência Conservativa Antecedente.....	660
470. Petição inicial.....	660
471. Lide e seu fundamento.....	660
472. Exposição sumária do direito que se visa assegurar.....	661
473. Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional.....	661

474. Outros requisitos da petição inicial.....	661
475. Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	662
476. A defesa do réu.....	662
477. Prazo para o autor deduzir o pedido principal.....	664
478. Inobservância do prazo de dedução do pedido principal.....	665
479. Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada.....	665
480. Procedimento de dedução do pedido principal.....	666
481. Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia.....	667
§ 58. Procedimento da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente.....	669
482. Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa.....	669
483. Legitimação.....	671
484. Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa.....	671
485. Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito.....	673
486. Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do NCPC.....	679
487. Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa.....	680
488. Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente.....	683
489. Pedido de reconsideração.....	684
490. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória.....	685
491. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar.....	686
§ 59. Estabilização da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente.....	689
492. O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015.....	689
493. Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa.....	691
494. Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena.....	692
§ 60. Normas Comuns às Tutelas Urgentes.....	694
495. Extinção das tutelas de urgência antecedentes.....	694
496. Responsabilidade civil pela tutela de urgência.....	695
<i>Capítulo XVIII – Tutela da Evidência</i>	
§ 61. Regime Particular da Tutela da Evidência.....	697
497. Tutela da evidência.....	697
498. Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência.....	698
499. Legitimação.....	700
500. O casuísmo legal da tutela da evidência.....	701
<i>Capítulo XIX – Força das Medidas Provisórias</i>	
§ 62. Decisão e Cumprimento das Medidas Provisórias.....	707
501. Julgamento da pretensão à tutela provisória.....	707

502. Cumprimento das medidas de urgência	707
503. Mandamentalidade das medidas de tutela sumária	711
504. Execução das medidas urgentes satisfativas	712
505. Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência.....	713
506. Provisoriamente do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias....	714

Capítulo XX – Medidas Cautelares Nominadas

§ 63. Regime do Novo CPC.....	715
507. Introdução.....	715
508. Arresto	715
509. Sequestro	716
510. Arresto e sequestro	717
511. Arrolamento de bens	717
512. Registro de protesto contra alienação de bens	718
513. Outras medidas cautelares tradicionais.....	719

Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XXI – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 64. Introdução.....	723
514. Noções gerais	723
§ 65. Formação do Processo.....	725
515. O processo.....	725
516. Sujeitos da relação jurídico-processual	725
517. Início do processo	727
518. Formação gradual da relação processual	728
519. Estabilização do processo.....	728
520. Alteração do pedido.....	729
521. Alterações subjetivas.....	730
§ 66. Suspensão do Processo	732
522. Conceito	732
523. Os casos de suspensão do processo	733
524. Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	734
525. Suspensão por convenção das partes.....	735
526. Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz	736
527. Suspensão por prejudicialidade.....	736
528. Prejudicialidade e conexão	737
529. Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	739
530. Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo	739
531. Suspensão por motivo de força maior	740
532. Outros casos legais de suspensão	740
532-A. Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção	740
532-B. Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai.....	741

533. Férias e suspensão do processo	741
534. Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal.....	742
§ 67. Extinção do Processo.....	743
535. Encerramento da relação processual.....	743
536. Sentenças definitivas e terminativas.....	743

PARTE ESPECIAL

Processo de Conhecimento

Parte VII – Processo e Procedimento

Capítulo XXII – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 68. Processo e Procedimentos de Cognição	747
537. Processo.....	747
538. Procedimento	748
539. Procedimentos no processo de cognição.....	749
540. Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	750
541. Esquema do procedimento comum.....	751
542. Fases do procedimento comum	752
543. Fase postulatória.....	752
544. Fase saneadora.....	753
545. Fase instrutória.....	753
546. Fase decisória.....	754
547. Adequação do procedimento	754
§ 69. Procedimento Sumário.....	757
548. Introdução.....	757
549. Causas de rito sumário	757
550. Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	758
551. Outras causas de procedimento sumário.....	761
552. Indisponibilidade do rito sumário.....	762
553. O procedimento	763
554. A petição inicial e seu despacho.....	764
555. A citação e a resposta do réu	765
556. Audiência de conciliação	767
557. Audiência de instrução e julgamento	769
558. Revelia.....	769
559. Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	770

Parte VIII – Procedimento Comum

Capítulo XXIII – Fase de Postulação

§ 70. Petição Inicial	773
560. Fases do procedimento comum	773

561. Petição inicial.....	775
562. Requisitos da petição inicial.....	775
563. Despacho da petição inicial.....	778
564. Casos de indeferimento da petição inicial.....	781
565. Extensão do indeferimento.....	782
566. Improcedência liminar do pedido.....	783
567. Intimação da sentença <i>prima facie</i>	785
568. Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	786
569. Preservação do contraditório e ampla defesa.....	786
570. Efeitos do despacho da petição inicial.....	787
§ 71. O Pedido.....	790
571. Petição inicial.....	790
572. Pedido.....	790
573. Requisitos do pedido.....	791
574. Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	791
575. Pedido concludente.....	793
576. Pedido genérico.....	793
577. Pedido cominatório.....	794
578. Pedido alternativo.....	795
579. Pedidos subsidiários.....	796
580. Pedido de prestações periódicas.....	797
581. Pedido de prestação indivisível.....	798
582. Pedidos cumulados.....	798
583. Espécies de cumulação de pedidos.....	800
584. Interpretação do pedido.....	800
585. Pedidos implícitos.....	801
586. Aditamento e modificação do pedido.....	801
§ 72. A Audiência de Conciliação ou de Mediação.....	803
587. Introdução.....	803
588. Audiência preliminar de conciliação ou de mediação.....	803
589. Prazo para a contestação.....	806
§ 73. A Resposta do Réu.....	808
590. A defesa do réu.....	808
591. A resposta do réu.....	808
592. Espécies de defesa.....	810
593. Defesa processual.....	810
594. Defesa de mérito.....	811
595. Reconvenção.....	812
596. Síntese.....	812
§ 74. Contestação.....	813
597. Conceito.....	813

598. Conteúdo e forma da contestação.....	814
599. Ônus da defesa especificada	814
600. Preliminares da contestação	816
601. Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares.....	819
602. Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i>	820
603. Alegação de incompetência do juízo	821
604. Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro	822
605. Réplica ou impugnação do autor	822
§ 75. Reconvenção	823
606. Conceito	823
607. Contestação reconvenicional: uma inovação do novo Código de Processo Civil	824
608. Pressupostos da reconvenção	825
609. Reconvenção e compensação	828
610. Procedimento	830
611. Reconvenção sem contestação	832
612. Extinção do processo principal.....	832
§ 76. Revelia e Reconhecimento do Pedido	834
613. Revelia.....	834
614. Os efeitos da revelia	835
615. Alteração do pedido.....	839
616. Reconhecimento da procedência do pedido	840
<i>Capítulo XXIV – Fase de Saneamento</i>	
§ 77. Providências Preliminares.....	841
617. Conceito	841
618. Réplica do autor.....	842
619. Revelia e provas	843
620. Intervenção do Ministério Público.....	844
621. Ação declaratória incidental	844
622. Outras providências preliminares.....	844
§ 78. Julgamento Conforme o Estado do Processo	846
623. Conceito	846
624. Extinção do processo.....	847
625. Julgamento antecipado do mérito.....	848
626. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	849
627. Liquidação e execução da decisão antecipada parcial.....	851
628. Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado	851
§ 79. Saneamento e Organização do Processo.....	854
629. Decisão de saneamento	854
630. Cabimento.....	855

631. Conteúdo.....	855
632. Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento	857
633. Formas da decisão de saneamento.....	859

Capítulo XXV – Instrução e Debate da Causa

§ 80. Audiência de Instrução e Julgamento.....	861
634. Audiência	861
635. Características da audiência	862
636. Atos preparatórios.....	864
637. Adiamento da audiência.....	865
638. Antecipação de audiência	867
639. Conciliação	867
640. Procedimento da conciliação	869
641. Instrução e julgamento.....	870
642. Documentação da audiência	871

Capítulo XXVI – Fase Probatória

§ 81. A Prova	875
643. Conceito	875
644. Direito fundamental à prova	876
645. Características da prova	878
646. Objeto da prova	879
647. Finalidade e destinatário da prova.....	882
648. Prova e verdade	883
649. Valoração da prova.....	885
650. Sistema legal da valorização da prova	886
651. O sistema do Código	890
652. Poder de instrução do juiz	891
653. Iniciativa probatória do juiz e democracia	896
654. Garantismo processual e ativismo judicial	898
§ 82. Ônus da Prova	901
655. Ônus da prova.....	901
656. Ônus da prova: natureza	902
657. Os dois aspectos do ônus da prova	903
658. Sistema legal do ônus da prova.....	905
659. Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	907
660. Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova	907
661. Distribuição estática do ônus da prova	908
662. Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	910
663. Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova.....	915
664. O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário.....	917
665. Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório	918
666. Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual	918

667. Ônus dinâmico da prova e contraditório.....	919
668. A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis	920
669. Ônus da prova nas ações do consumidor	922
670. Convenção sobre ônus da prova	923
§ 83. Meios de Prova	925
671. Meios de prova	925
672. Prova por presunção	926
673. Presunção legal e ficção legal.....	928
674. Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz	928
675. Procedimento probatório.....	929
676. Instrução por meio de carta.....	931
677. Dever de colaboração com a Justiça	932
678. Prova emprestada	933
679. Boa-fé e prova	935
§ 84. Da Produção Antecipada da Prova.....	938
680. Noções introdutórias	938
681. Antecipação de prova	938
682. Cabimento.....	939
683. Oportunidade	943
684. Objeto da antecipação de prova	943
685. Competência.....	944
686. Procedimento	944
687. Sentença.....	946
688. Valoração da prova antecipada	946
689. Eficácia	947
690. Medida <i>inaudita altera parte</i>	947
691. Despesas processuais	947
692. Destino dos autos.....	947

Capítulo XXVII – Meios Legais de Prova

§ 85. Ata Notarial.....	949
693. Conceito	949
694. Natureza da ata notarial	950
695. Necessidade de requerimento da parte interessada.....	951
696. Falsidade da ata	951
697. Exemplos de fatos registráveis em ata notarial.....	951
§ 86. Depoimento Pessoal	953
698. Conceito	953
699. Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal.....	953
700. Legitimação para o depoimento.....	954
701. Objeto do depoimento pessoal.....	955
702. Procedimento	955

§ 87. Confissão.....	957
703. Conceito	957
704. Requisitos da confissão	958
705. Classificações.....	959
706. Efeitos da confissão.....	959
707. Indivisibilidade da confissão	960
708. Valor da confissão extrajudicial	961
§ 88. Exibição de Documento ou Coisa.....	962
709. Conceito	962
710. Oportunidade da medida.....	963
711. Legitimação e interesse.....	963
712. Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte	964
712.1. Exibição intentada contra cadastro de pontualidade.....	966
713. Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	966
§ 89. Prova Documental	971
714. Conceito	971
715. Força probante dos documentos.....	972
716. Documentos públicos.....	973
717. Reprodução de documentos públicos	974
718. Documentos particulares.....	975
719. Valor probante do documento particular	976
720. Telegramas, cartas, registros domésticos	978
721. Livros empresariais	979
722. Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	981
723. Reprodução de documentos particulares	982
724. Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	983
725. Documentos viciados em sua forma	984
726. Falsidade documental.....	985
727. Espécies de falsidade.....	985
728. Ônus da prova.....	987
729. A arguição de falsidade	988
730. Procedimento do incidente de falsidade	989
731. Facultatividade do incidente de falsidade.....	991
732. Produção da prova documental	992
733. Desentranhamento de documentos.....	995
§ 90. Documentos Eletrônicos.....	997
734. Noção introdutória	997
735. Documento eletrônico.....	997
736. Regime legal.....	998
737. Documento eletrônico não certificado	999
§ 91. Prova Testemunhal.....	1001
738. Conceito	1001

739. Valor probante das testemunhas	1002
740. Inadmissibilidade da prova testemunhal	1003
741. Direitos e deveres da testemunha	1005
742. A produção da prova testemunhal.....	1009
§ 92. Prova Pericial.....	1016
743. Conceito	1016
744. Admissibilidade da perícia.....	1018
745. O perito	1020
746. O procedimento da prova pericial	1023
747. Valor probante da perícia.....	1029
748. Nova perícia.....	1030
§ 93. Inspeção Judicial	1032
749. Conceito	1032
750. Procedimento	1032

Capítulo XXVIII – Fase Decisória

§ 94. Noções Introdutórias.....	1035
751. Conceito de processo.....	1035
752. Conteúdo e finalidade do processo	1036
§ 95. Sentença (I).....	1038
753. Definição legal e classificação doutrinária	1038
754. Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito	1040
754.1. Indeferimento da inicial	1041
754.2. Abandono da causa	1041
754.3. Ausência de pressupostos processuais	1043
754.4. Perempção	1044
754.5. Litispendência e coisa julgada.....	1044
754.6. Condições da ação.....	1045
754.7. Perda do objeto	1047
754.8. Convenção de arbitragem.....	1048
754.9. Desistência da ação.....	1049
754.10. Intransmissibilidade da ação.....	1050
754.11. Confusão entre autor e réu.....	1050
755. Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	1051
756. Iniciativa da extinção do processo.....	1052
757. Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	1052
758. Juízo de retratação.....	1053
§ 96. Sentença (II).....	1054
759. Extinção do processo com resolução de mérito.....	1054
759.1. Acolhimento ou rejeição do pedido.....	1056

759.2. Prescrição e decadência	1056
759.3. A prescrição e os diversos tipos de ação	1058
759.4. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	1060
759.5. Transação	1061
759.6. Retratação e rescisão de transação	1062
759.7. Renúncia à pretensão	1063
760. Natureza da sentença definitiva	1065
761. Função da sentença definitiva	1066
762. Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa.....	1067
763. Função da sentença terminativa.....	1068
§ 97. Estrutura e Formalidades da Sentença	1070
764. Conteúdo da sentença	1070
765. Relatório	1071
766. Motivação.....	1072
767. Dispositivo da sentença.....	1076
768. Condições formais da sentença.....	1077
769. Clareza	1077
770. Precisão.....	1077
771. A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa.....	1078
772. Sentença condenatória ilíquida.....	1080
773. A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	1080
774. Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	1084
775. Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	1085
776. Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer).....	1086
777. Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	1087
§ 98. Publicação, Interpretação e Correção da Sentença.....	1088
778. Publicação e intimação da sentença	1088
779. Efeitos da publicação	1089
780. Correção e integração da sentença	1090
781. Princípio da demanda e princípio da congruência.....	1091
782. Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	1092
783. Interpretação da sentença	1096
§ 99. Classificação das Sentenças	1100
784. Classificações.....	1100
785. Sentenças declaratórias.....	1101
786. Sentenças condenatórias	1103
787. Sentença constitutiva	1105
788. Momento de eficácia da sentença	1106
789. Multiplicidade de efeitos da sentença.....	1106

§ 100. Efeitos da Sentença	1107
790. Conceito	1107
791. Entrega da prestação jurisdicional	1108
792. Classificação das sentenças quanto aos efeitos	1108
793. Hipoteca judiciária	1110
794. Outros efeitos secundários da sentença	1111
795. Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	1112
795.1 Julgamento da remessa necessária	1114
795.2. Exclusões da remessa necessária	1114
§ 101. Coisa Julgada	1116
796. A conceituação de coisa julgada no novo Código	1116
797. Sentença, efeitos e coisa julgada	1118
798. Coisa julgada administrativa	1121
799. Coisa julgada total e parcial	1121
800. Coisa julgada formal e material	1124
801. Terminologia do julgamento de mérito	1128
802. Fundamento da autoridade da coisa julgada	1129
803. Arguição da coisa julgada	1130
804. Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	1131
805. Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	1131
806. Preclusão	1132
§ 102. Limites da Coisa Julgada	1136
807. Limites objetivos	1136
808. Motivos da sentença	1139
808.1. Motivo e <i>ratio decidendi</i>	1141
808.2. Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado	1142
808.3. Tendência do direito comparado e a posição do novo CPC	1144
808.4. Processo civil espanhol	1146
808.5. Processo civil da Federação Russa	1146
808.6. Processo civil português	1146
808.7. Processo civil italiano	1146
808.8. Síntese	1149
809. Verdade dos fatos	1150
810. Questões prejudiciais	1151
811. Questões implicitamente resolvidas	1154
812. A eficácia preclusiva da coisa julgada	1156
813. Limites subjetivos	1158
814. Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo	1160
815. Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias	1162
816. Coisa julgada nas ações coletivas	1164
817. Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejuízos	1166
818. Limites temporais da coisa julgada	1168
819. Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	1168
820. Execução forçada e coisa julgada	1171

Capítulo XXIX – Título Judicial Ilíquido

§ 103. Liquidação da Sentença Condenatória Genérica.....	1173
821. Sentença ilíquida	1173
822. Execução da sentença ilíquida.....	1174
823. Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	1175
824. Casos de iliquidez da sentença	1175
825. Natureza jurídica da liquidação da sentença.....	1176
826. A liquidação e os honorários advocatícios	1178
827. Limites da liquidação.....	1180
828. Contraditório.....	1181
829. Liquez parcial da sentença.....	1181
830. Liquidação por iniciativa do vencido	1182
831. Recursos	1182
832. Liquidação frustrada.....	1183
§ 104. Procedimentos da Liquidação.....	1185
833. Procedimentos possíveis	1185
834. Liquidação por cálculo	1186
835. Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	1187
836. Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária	1187
837. Liquidação por arbitramento.....	1188
838. Liquidação pelo procedimento comum	1189
839. A indisponibilidade do rito da liquidação	1190
840. Rescisão da decisão liquidatória	1191

Capítulo XXX – Cumprimento da Sentença

§ 105. Disposições gerais	1197
841. Introdução.....	1197
842. Custas e encargos do cumprimento de sentença	1198
843. Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças	1199
Bibliografia	1203
Índice Onomástico.....	1227
Índice Alfabético de Assuntos	1233
Índice dos Fluxogramas.....	1257

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

Vol. II

CURSO de DIREITO PROCESSUAL CIVIL

58^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada

Procedimentos Especiais

- Codificados - Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária
- Legislação Extravagante - Arbitragem, Juizados Especiais, Ações Constitucionais, Ações Coletivas e Ações Imobiliárias



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 18.12.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1985
58ª edição – 2024
- Capa: Danilo Oliveira

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

T355c
58. ed.
v. 2

Theodoro Júnior, Humberto. 1938-
Curso de direito processual civil / Humberto Theodoro Júnior. - 58. ed., rev.,
atual. e ampl. - Rio de Janeiro : Forense 2024.
888 p. : 24 cm. (Curso de direito processual civil : 2)

Inclui bibliografia
Inclui índice dos fluxogramas
ISBN 978-65-5964-939-6

1. Direito processual civil - Brasil I. Título. II. Serie.

23-87434

CDU: 347.9(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Índice da Matéria

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 1º	Generalidades	3
1.	Introdução.....	3
2.	Razão de ser dos procedimentos especiais	4
3.	Casuísmo do Código	5
4.	Técnicas de especialização procedimental.....	6
5.	Complementação das regras procedimentais.....	8
6.	Pressupostos dos procedimentos especiais.....	9
7.	Erro na adoção do procedimento	9
7-A.	Flexibilidade dos procedimentos especiais.....	11
8.	Ações especiais suprimidas pelo CPC/2015.....	12
	I – Ação de depósito (arts. 901 e ss. do CPC/1973).....	13
	II – Ação de anulação e substituição de título ao portador (arts. 907 e ss. do CPC/1973).....	13
	III – Ação de nunciação de obra nova (arts. 934 e ss. do CPC/1973).....	13
	IV – Ação de usucapião de imóvel (arts. 941 e ss. do CPC/1973).....	14
	V – Usucapião de coisa móvel furtada ou roubada	16
	VI – Ação de oferecimento de contas (arts. 914 e ss. do CPC/1973).....	17
	VII – Vendas a crédito com reserva de domínio	17
	8.1. A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa	17
	8.2. Requerimento e documentação	18
	8.3. Notificações	18
	8.4. Notificação por meio eletrônico	19
	8.5. Notificação por edital.....	19
	8.6. Conclusão do procedimento	19

CAPÍTULO II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 2º	Os fundamentos do depósito em consignação	20
9.	O direito de pagar	20
10.	A liberação natural e a liberação forçada do devedor	21
11.	A ação de consignação em pagamento.....	21
12.	Histórico da consignação em pagamento	22

§ 3º	O procedimento da consignação em pagamento	23
13.	Natureza do instituto da consignação	23
14.	Natureza processual da ação de consignação	23
15.	Prestações passíveis de consignação	24
16.	Cabimento da consignação	24
17.	Liquidez da prestação devida	26
	I – <i>A mora accipiendi</i>	26
	II – A liquidez como requisito da consignatória	26
	III – A obrigação ilíquida	27
	IV – O <i>an debeatur</i> na consignatória	28
18.	Consignação principal e incidental	29
19.	Legitimação ad causam	30
	I – Legitimidade ativa	31
	II – Legitimidade passiva	32
	III – Representação processual na consignatória	32
20.	Competência	33
21.	Consignação no local em que se acha a coisa devida	33
22.	Oportunidade da consignatória	34
	I – <i>Mora creditoris</i>	34
	II – <i>Mora debitoris</i>	35
	III – O “tempo devid●”, para efeitos da consignação	36
23.	Objeto da consignação	36
24.	Obrigação de prestações periódicas	37
25.	Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	38
26.	Quebra da sequência de depósitos periódicos	39
27.	O procedimento especial da consignatória	40
28.	Obrigações alternativas e obrigações genéricas	41
29.	Valor da causa	42
30.	Resposta do demandado	42
31.	Comparecimento do credor para receber	42
32.	Não comparecimento e revelia do demandado	45
33.	Levantamento do depósito pelo devedor	45
34.	Contestação	46
35.	Matéria de defesa	47
36.	Complementação do depósito insuficiente	48
	I – Depósito complementar pelo autor	48
	II – Não complementação do depósito	49
37.	Sentença	50
38.	Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	51
39.	Particularidades da consignação por dúvida	52
40.	A posição dos possíveis credores	53
	I – Ausência de pretendentes	53
	II – Comparecimento de um só pretendente	54
	III – Comparecimento de mais de um pretendente	54
41.	Resgate da enfiteuse	55
42.	A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	55

43.	A consignação de obrigação em dinheiro.....	58
44.	Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada	59

CAPÍTULO III – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

§ 4º	Generalidades.....	62
45.	Introito.....	62
46.	Objetivo da ação de exigir contas	62
47.	Ação de dar e ação de exigir contas	63
48.	A natureza da ação de exigir contas.....	64
49.	Cabimento.....	65
50.	Prestação de contas e prescrição	68
51.	Legitimação e interesse.....	69
52.	Prestação de contas dos administradores judiciais.....	70
	52.1. Prestação de contas do inventariante	71
53.	Sociedade e prestação de contas.....	71
54.	Ações matrimoniais e prestação de contas	73
54-A.	Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal	74
55.	Prestação de contas entre condôminos	75
55-A.	Prestação de contas do banco ao correntista	75
56.	Organização das contas	77
57.	Prova das contas	77
57-A.	Importância da prova pericial	78
§ 5º	Procedimento da ação de exigir contas.....	79
58.	Ação de exigir contas	79
59.	Procedimento da primeira fase	79
	I – Petição inicial.....	79
	II – Apresentação das contas	79
	III – Apresentação das contas e contestação	80
	IV – Revelia.....	80
	V – Contestação sem negar a obrigação de prestar contas.....	80
	VI – Contestação com negativa da obrigação de prestar contas.....	80
60.	Reconvenção	81
61.	Decisão da primeira fase	81
62.	Procedimento da segunda fase	82
63.	Contas elaboradas pelo autor	83
64.	Sucumbência.....	85
§ 6º	Execução no procedimento de exigir contas.....	86
65.	Sentença e execução.....	86

CAPÍTULO IV – AÇÕES POSSESSÓRIAS

§ 7º	Generalidades.....	88
66.	A posse e seus efeitos	88
67.	A razão da tutela possessória.....	89
68.	O instituto da posse e a paz social	90

69.	O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório).....	92
70.	Natureza jurídica da posse.....	93
71.	Requisitos da tutela possessória.....	97
	71.1. Posse de particular sobre bem público.....	100
	71.2. Posse e detenção. Direito de retenção.....	100
	71.3. Posse derivada de locação.....	101
§ 8º	Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição	102
72.	Origem dos interditos possessórios.....	102
73.	As ações possessórias.....	103
74.	Competência.....	104
75.	Legitimação ativa.....	104
76.	Legitimação passiva.....	105
77.	Petição inicial.....	106
78.	Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	107
79.	Invasões coletivas de imóvel.....	108
	I – Novidade do CPC/2015.....	108
	II – Citação dos réus.....	108
	III Procedimento para as ações de força velha em litígio coletivo.....	109
80.	Medida liminar possessória.....	110
81.	A decisão sobre a liminar.....	111
82.	A sentença possessória.....	112
83.	Posse de coisas e posse de direitos.....	113
83-A.	Posse de bens públicos.....	114
84.	O petitório e o possessório.....	116
85.	A exceção de propriedade no juízo possessório.....	119
86.	Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro.....	121
87.	Natureza dúlice das ações possessórias.....	122
88.	Liminar em favor do réu.....	123
89.	Natureza real das ações possessórias.....	125
90.	Natureza executiva do procedimento interdital.....	126
	90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos.....	129
91.	Cumulação de pedidos.....	129
92.	Interdito proibitório.....	130
§ 9º	Alguns incidentes registráveis nos interditos	132
93.	Embargos de terceiro.....	132
94.	Medida liminar e mandado de segurança.....	133
95.	Embargos de retenção.....	133
96.	Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	134

CAPÍTULO V AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

§ 10.	Generalidades	139
97.	Introdução.....	139
98.	Conceito das ações especiais em análise.....	139
99.	Cumulação de ação divisória com ação demarcatória.....	140

100.	Temas novos.....	140
101.	Divisão e demarcação consensuais.....	141
102.	O georreferenciamento e a prova pericial.....	142
103.	Sucumbência e honorários advocatícios.....	143
§ 11.	Ação de demarcação.....	145
104.	A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial	145
105.	Objeto da ação.....	145
106.	Competência para as ações do juízo divisório.....	151
107.	Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	152
108.	Legitimação ativa de condômino	154
109.	Legitimação passiva	154
110.	Citação do confinante demandado.....	155
111.	Contestação.....	156
112.	Prazo de contestação.....	158
113.	Prova	158
114.	A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de acerto ou cognição).....	159
115.	Procedimento executivo (segunda fase da ação)	161
116.	A conclusão do procedimento demarcatório.....	161
117.	Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória.....	162
118.	Cumprimento da sentença em face dos confinantes.....	163
§ 12.	Ação de divisão.....	165
119.	Ação de divisão. Petição inicial	165
120.	Objeto da ação	165
121.	Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC	166
122.	Competência.....	167
123.	Legitimação ativa	167
124.	Legitimação passiva	169
125.	Procedimento. Cituação	170
126.	Contestação.....	171
127.	Revelia.....	172
128.	Prova pericial.....	173
	I Peritos	174
	II Exame dos títulos dos condôminos e pedidos de constituição de quinhões.....	174
	III Benfeitorias de terceiros e benfeitorias de condôminos.....	174
	IV – Plano de divisão.....	174
	V – Deliberação da partilha.....	175
	VI – Critérios a observar na formação dos quinhões	175
129.	Auto de divisão e sentença homologatória	176
130.	Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão	177
131.	A coisa julgada na ação de divisão.....	178
132.	Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada)	179
133.	Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda.....	179
134.	Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda.....	181

CAPÍTULO VI – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

§ 13.	Da ação	186
135.	Introito.....	186
	135.1. Sociedades simples.....	187
	135.2. Outras sociedades.....	188
136.	Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade.....	188
137.	Objetivo	189
138.	Legitimidade.....	191
	I – Legitimados ativos.....	191
	II – Legitimados passivos.....	192
139.	Cabimento.....	193
	I – Falecimento do sócio.....	193
	II – Exclusão de sócio.....	193
	III – Exercício do direito do sócio de retirar-se da sociedade	194
140.	Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i>	195
141.	Competência.....	196
142.	Procedimento	197
	I – Petição inicial.....	197
	II Citação.....	197
	III – Conciliação prévia.....	198
	IV – Contestação.....	198
	V Decisão.....	200
	VI – Cumprimento da sentença.....	201
143.	A resolução da sociedade	201
144.	Apuração dos haveres	202
145.	Critérios para apuração dos haveres.....	203
	I Cláusulas contratuais.....	203
	II – Aplicação da boa-fé objetiva.....	204
	III – Balanço patrimonial.....	204
	IV – Cotas dadas em penhor em benefício de terceiro.....	206
146.	Execução da sentença	206
147.	A dissolução parcial de sociedade anônima	207
	147-A. Dissolução parcial de sociedade e cláusula compromissória (juízo arbitral).....	209

CAPÍTULO VII – INVENTÁRIO E PARTILHA

§ 14.	Disposições gerais	211
148.	Introito.....	211
149.	Caráter contencioso do inventário.....	212
150.	Inventário e partilha por via administrativa.....	212
151.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial	215
152.	Execução da partilha por via administrativa.....	218
153.	Inventário negativo	218
154.	Competência.....	219
	154.1 Prevenção de competência, no caso de ajuizamento de mais de um inventário sobre a mesma herança	220

155.	Universalidade do foro sucessório	221
156.	Questões solucionáveis no juízo sucessório	221
157.	Administração da herança	222
158.	O inventariante.....	223
	I – Quem pode ser nomeado	223
	II – Novidades do CPC	224
159.	Encargos do inventariante	224
	I Atos de gestão	224
	II Atos de disposição	225
	III Prestação de contas.....	225
	IV – Requerimento da insolvência do espólio	226
160.	Remoção do inventariante	226
	I Hipótese.....	226
	II – Procedimento	227
161.	Legitimação para promover o inventário.....	228
161.A.	Prazo para instauração e encerramento do inventário	229
§ 15.	Inventário judicial	230
162.	Procedimento	230
	I Inventário	230
	II Partilha.....	230
163.	Petição inicial.....	230
164.	Primeiras declarações	230
165.	Citações e interveniências	232
166.	Impugnação dos citados.....	233
167.	Herdeiro omitido nas declarações do inventariante.....	234
168.	Avaliação	235
	I Laudo	235
	II – Manifestação das partes	236
169.	Últimas declarações	236
170.	Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	237
171.	Colações	237
172.	Sonegados.....	239
173.	Pagamento de dívidas do morto	239
§ 16.	Partilha	242
174.	Espécies de partilha	242
175.	Partilha judicial. Deliberação	242
176.	Esboço e lançamento da partilha	244
	I – Esboço da partilha.....	244
	II Partilha.....	245
177.	A sentença da partilha.....	245
178.	O formal de partilha	246
179.	Emenda ou retificação da partilha.....	247
180.	Pacto de não partilhar	248
§ 17.	Invalidação da partilha	250
181.	Ação de anulação e ação rescisória de partilha.....	250

182.	Conceituação de partilha judicial	250
183.	Conceituação de partilha amigável.....	252
184.	Casuísmo da rescisória de partilha.....	253
185.	Ação de nulidade de partilha.....	254
186.	Ação de petição de herança	256
186-A.	Investigação de paternidade e petição de herança.....	256
§ 18. Arrolamento		258
187.	Simplificação do inventário.....	258
188.	Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados)	258
189.	Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei).....	260
190.	Lei nº 6.858, de 24.11.1980.....	262
190.1.	Benefícios previdenciários.....	263
191.	Inventário administrativo	263
§ 19. Disposições comuns		264
192.	Medidas cautelares.....	264
193.	Sobrepartilha	265
193-A.	Outros casos de sobrepartilha.....	266
193-B.	Reexame da deliberação de partilha	266
194.	Curatela especial ao herdeiro.....	266
195.	Inventários cumulados.....	266
196.	Honorários de advogado.....	267
197.	Extinção do processo por paralisação da causa	268
198.	Assistência judiciária	268
199.	Terceiros prejudicados.....	269

CAPÍTULO VIII EMBARGOS DE TERCEIRO

§ 20. Generalidades		277
200.	Conceito.....	277
201.	Natureza jurídica.....	278
202.	Requisitos.....	278
203.	Ato judicial atacável.....	280
203-A.	Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro.....	281
204.	Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	283
204-A.	Estaria superada a Súmula nº 195 do STJ?.....	284
205.	Embargos a atos do juízo divisório.....	285
205-A.	Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica.....	286
206.	Embargos do credor com garantia real	287
206-A.	Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária	288
206-B.	Embargos do promissário comprador	289
206-C.	Embargos do adquirente de imóvel por título ainda não registrado	290
207.	Embargos e mandado de segurança	290
§ 21. Procedimento		292
208.	Legitimação ativa.....	292
I	Legitimados pelo CPC/2015.....	292
II	Equiparação a terceiro prevista no art. 1.046, § 2º, do CPC/1973	294

209.	Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro.....	295
210.	Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo.....	295
211.	Legitimação passiva.....	297
212.	Oportunidade.....	298
213.	Competência.....	300
214.	Procedimento.....	301
	I Petição inicial.....	301
	II Concessão da liminar.....	301
	III – Citação.....	302
	IV – Contestação.....	302
	V Revelia.....	303
215.	Sentença.....	303
215-A.	Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	304

CAPÍTULO IX OPOSIÇÃO

§ 22.	A ação especial de oposição.....	307
216.	Introdução.....	307
217.	Conceito.....	308
218.	Cabimento e extensão.....	309
219.	Oportunidade da oposição.....	309
220.	Conexão das causas.....	310
221.	Competência.....	310
222.	Procedimento.....	311
223.	Julgamento da oposição.....	312

CAPÍTULO X – HABILITAÇÃO

§ 23.	Procedimento da substituição da parte falecida.....	314
224.	Conceito.....	314
	224.1. Demandado falecido antes da propositura da ação.....	314
225.	Legitimidade para requerer a habilitação.....	315
226.	Competência.....	315
227.	Procedimento.....	316
	I – Habilitação sumária.....	316
	II – Habilitação ordinária, em autos apartados.....	316
	III Natureza da decisão.....	316
	IV Recurso.....	317
228.	Habilitação do adquirente e do cessionário.....	318
229.	Efeito do deferimento da habilitação.....	318

CAPÍTULO XI TIPIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES AO DIREITO DE FAMÍLIA

§ 24.	Ações de família.....	320
230.	Introito.....	320
231.	A entidade familiar.....	320
232.	Tipificação.....	321

XVIII CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Vol. II - Humberto Theodoro Júnior

233.	A mediação e a conciliação.....	321
234.	A Resolução nº 125 do CNJ.....	323
235.	Legitimação.....	323
236.	Procedimento.....	324
	I – Conciliação ou mediação extrajudicial requerida pelas partes.....	324
	II – Procedimento sem o pedido de conciliação ou mediação extrajudicial pelas partes.....	324
	III – Competência.....	326
	IV – Procedimento no caso de frustração da conciliação.....	326
	V – Tutela especial às crianças.....	326
237.	Efeitos do termo final da mediação e conciliação.....	327
237-A.	Ação de alimentos.....	328
	I – Aplicação da Lei nº 5.478/1968.....	328
	II – Competência.....	328
	III – Petição inicial.....	329
	IV – Alimentos provisórios.....	330
	V – Revisão dos alimentos provisórios.....	330
	VI – Citação.....	331
	VII – A audiência de conciliação e julgamento.....	331
	VIII – Recurso.....	332
	IX – Execução da prestação alimentícia.....	332
	X – Justiça gratuita na ação de alimentos.....	333
	XI – Revisão da pensão definitiva.....	333
	XII – Compensação da verba alimentícia com prestação <i>in natura</i>	334
237-B.	Ação de alimentos gravídicos.....	334
237-C.	A coisa julgada nas ações de paternidade.....	334
237-D.	Ações de paternidade <i>post mortem</i>	335
237-E.	Ação para exigir contas no âmbito do direito de família.....	335
237-F.	O rigor probatório nas ações de filiação.....	336

CAPÍTULO XII AÇÃO MONITÓRIA

§ 25.	Noção geral do procedimento monitorio	339
238.	Introito.....	339
239.	Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo.....	339
240.	Em que consiste o procedimento monitorio.....	340
241.	O procedimento monitorio brasileiro.....	342
242.	A ação monitoria no Código de Processo Civil.....	344
242-A.	Moratória na ação monitoria.....	345
§ 26.	A ação monitoria no código de processo civil brasileiro	346
243.	Condições de admissibilidade da ação monitoria.....	346
244.	Objeto.....	347
	244.1. Dívida de jogo contraída no exterior.....	347
245.	Competência.....	348
246.	Legitimidade ativa.....	348
247.	Legitimidade passiva.....	349
	I – A Fazenda Pública como agente passivo: peculiaridades do direito brasileiro.....	350
	II – O posicionamento do STJ.....	350

248.	Prova.....	351
	I – Prova escrita: elementos doutrinários.....	351
	II – Conjunto documental.....	352
	III – Os títulos injuntivos.....	353
	IV – A prova oral documentada, produzida antecipadamente.....	354
	V – Dúvida quanto à idoneidade da prova documental.....	354
	VI – Ônus da prova.....	355
	VII – Prescrição.....	355
249.	Procedimento.....	355
	I – Petição inicial.....	356
	II – Natureza do ato judicial que defere a petição inicial.....	356
	III – Citação.....	357
	IV – Condutas do réu.....	358
	V – Resgate do débito pelo réu.....	358
	VI – Revelia.....	358
	VII – A oposição de embargos.....	359
	VIII – Conversão do mandado de pagamento em título executivo judicial.....	359
	IX – Direito regressivo: denunciação da lide.....	360
	X – Regime dos honorários advocatícios sucumbenciais na ação monitória.....	360
250.	Embargos à ação monitória.....	361
251.	Processamento dos embargos monitórios.....	361
	I – Matéria arguível.....	361
	II – Prazo e segurança do juízo.....	361
	III – Petição dos embargos.....	362
	IV – Prazo de defesa do credor embargado.....	362
	V – Efeitos.....	362
	VI – Rejeição dos embargos.....	362
	VII – Acolhimento dos embargos.....	362
	VIII – Recurso contra a sentença que julga os embargos.....	362
252.	Coisa julgada.....	363
253.	Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento.....	364
254.	Uso indevido da ação monitória.....	364

CAPÍTULO XIII – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

§ 27.	Da ação	366
255.	Introito.....	366
256.	Penhor legal: efetivação e homologação.....	366
257.	Natureza jurídica da medida processual.....	367
258.	Procedimento.....	368
	I – Petição inicial.....	368
	II – Citação do réu.....	368
	III – Audiência preliminar.....	368
	IV – Defesas do réu.....	369
259.	Sentença.....	369
260.	Execução.....	370
261.	Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal.....	370
	I – Requerimento.....	371

II – Intimação do devedor	371
III – Condutas do devedor.....	371

CAPÍTULO XIV – DANOS OCORRIDOS DURANTE A NAVEGAÇÃO

§ 28. Regulação da avaria grossa	373
262. Introito.....	373
263. Conceito	373
264. A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro	376
265. Competência	376
266. Legitimidade	377
267. Procedimento	377
I – Petição inicial.....	377
II – Nomeação do regulador.....	378
III – Fases da regulação	378
IV – Declaração de abertura da avaria grossa	378
V Impugnação à declaração	379
VI Oferecimento de garantia para liberação de carga	379
VII – Levantamento de valores depositados para arcar com as custas da alienação judicial da carga sem caução	380
VIII – Regulamento da avaria grossa	380
IX Impugnação ao regulamento	380
X – Homologação da regulação	380
XI Prescrição	381
268. O Tribunal Marítimo	381

CAPÍTULO XV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS

§ 29. Procedimento para recuperar autos desaparecidos.....	384
269. Conceito	384
270. Objetivo do procedimento.....	385
271. Legitimidade	385
272. Competência.....	385
273. Procedimento	386
I – Petição inicial	386
II Citação e manifestação da parte contrária	386
III Restauração de autos após a produção de provas	387
274. Julgamento da restauração.....	387
275. Autos extraviados no tribunal.....	387
276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos.....	388

Parte II – Procedimentos de Jurisdição Voluntária

CAPÍTULO XVI JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

§ 30. Generalidades.....	390
277. Introito.....	390
277.1. Natureza jurídica da jurisdição voluntária: atividade administrativa ou jurisdicional?.....	391
278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	392

279.	Litigiosidade incidental.....	394
280.	A função do juiz	395
281.	Verbas sucumbenciais	396
282.	Procedimentos.....	396
	I Procedimento comum a todos os procedimentos de jurisdição voluntária.....	397
	II Pedidos processados sob o rito comum.....	397
	III Disposições complementares.....	399

CAPÍTULO XVII NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

§ 31.	Procedimento para notificar, interpelar.....	401
283.	Conceito	401
284.	Protesto de títulos pela via notarial	402
	284.1. Procedimento do protesto de títulos	404
	284.2. Cancelamento do protesto de títulos.....	405
	284.3. A recuperação judicial e a suspensão dos protestos.....	406
	284.4. Central Nacional de Serviços Eletrônicos	406
	284.5. Interrupção da prescrição pelo protesto	407
	284.6. Inscrição em cadastro de proteção ao crédito.....	408
	284.7. Proposta de solução negocial prévia ao protesto	408
	284.8. A negociação e a cessão de precatórios ou créditos de correntes de sentença transitada em julgado	409
285.	Protesto judicial.....	409
286.	Notificação	411
287.	Interpelação	411
288.	Procedimento	412
289.	Indeferimento do pedido	413
290.	Defesa e contraprotesto.....	414
291.	Encerramento do feito e destino dos autos.....	415

CAPÍTULO XVIII ALIENAÇÕES JUDICIAIS

§ 32.	Procedimento das alienações judiciais.....	417
292.	Alienações judiciais.....	417
293.	Alienações cautelares.....	417
294.	Iniciativa da medida	418
295.	Casos de alienação judicial expressos em lei	418
296.	Leilão	418
297.	Avaliação prévia	419
298.	Publicidade.....	420
299.	Arrematação	420
300.	Destino do produto da alienação.....	421
301.	Outros bens alienáveis judicialmente.....	421
302.	Bens indivisíveis em inventário e partilha	421
303.	Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos.....	422
304.	Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	422
305.	Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular	424
306.	Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução.....	424
307.	Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular.....	425

CAPÍTULO XIX – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

§ 33. Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais	427
308. Noções introdutórias	427
309. A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010	428
310. Natureza jurídica	429
311. Requisitos.....	430
312. Legitimação.....	430
313. Competência.....	431
314. Petição inicial.....	431
I Requisitos.....	431
II – Bens do casal	432
III – Filhos incapazes.....	433
IV – Pensão alimentícia entre os cônjuges ou companheiros.....	433
315. Procedimento	435
316. Sentença de homologação.....	435
317. Reconciliação do casal.....	435
318. Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável.....	436
318.1. Alteração negocial de partilha homologada judicialmente.....	436
319. Separação, divórcio e extinção de união estável por via administrativa.....	437
I – Escritura pública.....	438
II Requisitos de validade da escritura pública	438
III Casais homoafetivos.....	439
320. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais	440
321. Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública	441
322. Alteração do regime de bens do casamento	441

CAPÍTULO XX TESTAMENTOS E CODICILOS

§ 34. Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo	445
323. Introito.....	445
324. Objetivo do procedimento.....	445
325. Competência.....	447
326. Procedimento	447
327. Sentença.....	447
328. Efeitos	448
329. Testamento cerrado	449
330. Testamento público.....	449
331. Testamento particular.....	449
332. Procedimento	451
333. Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo.....	453

CAPÍTULO XXI – HERANÇA JACENTE

§ 35. Procedimento da arrecadação de herança jacente	456
334. Conceito moderno de jacência da herança.....	456

335.	Competência.....	456
336.	Legitimação.....	457
337.	Procedimento	457
338.	A administração da herança jacente.....	458
339.	Habilitação.....	458
340.	Declaração de vacância	459

CAPÍTULO XXII – BENS DOS AUSENTES

§ 36.	Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes	462
341.	Ausência	462
342.	Pressupostos.....	462
343.	Competência.....	462
344.	Fases do procedimento.....	462
345.	Procedimento da primeira fase	463
346.	Procedimento da sucessão provisória.....	463
347.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	464

CAPÍTULO XXIII – COISAS VAGAS

§ 37.	Procedimento da arrecadação das coisas vagas.....	467
348.	Conceito	467
349.	Legitimação.....	467
350.	Competência.....	467
351.	Cabimento.....	467
352.	Procedimento	468

CAPÍTULO XXIV INTERDIÇÃO

§ 38.	O instituto da curatela	470
353.	Introito.....	470
354.	Questões relevantes sobre a interdição.....	470
355.	Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam o procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do CPC/2015	471
	I – A “nova” curatela	471
	II – Artigos do Código Civil revogados pelo CPC/2015 e repristinados pela Lei nº 13.146/2015	472
	III Interdição ou simplesmente curatela.....	474
§ 39.	O procedimento da interdição	476
356.	Natureza jurídica da interdição.....	476
357.	Competência.....	476
358.	Legitimidade	476
	I Legitimidade passiva.....	476
	II Legitimidade ativa	478
	III – Legitimidade do Ministério Público	478
	IV – Legitimidade do tutor.....	479
	V – Legitimidade do cônjuge e de parente	479

	VI – Legitimidade do representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando	479
	VII A autointerdição	480
359.	Petição inicial	480
360.	Procedimento	481
	I – Entrevista	481
	II – Impugnação	482
	III Das provas	483
361.	Sentença	484
	I Conteúdo	484
	II – Nomeação do curador	484
	III – Efeitos da sentença	485
362.	Eficácia da sentença sobre atos do interditando	485
363.	Rescisória	486
364.	Levantamento da interdição	486
365.	Investidura dos curadores	487
366.	Remoção de curador	487
§ 40.	A Tomada de decisão apoiada	488
367.	A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade	488
368.	Procedimento	488
	I Legitimidade	488
	II – Petição inicial	489
	III – Processamento	489
	IV – Efeitos da decisão que acolhe o pedido	489
	V – Desfazimento da medida de apoio	489
	VI – Obrigações do apoiador	489

CAPÍTULO XXV DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

§ 41.	Generalidades	490
369.	Introito	490
370.	Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	490

CAPÍTULO XXVI – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

§ 42.	Procedimento da organização e fiscalização das fundações	494
371.	Conceito de fundação	494
372.	Procedimento da instituição da fundação	494
373.	Estatutos confiados à elaboração de terceiro	495
374.	Alteração do estatuto	496
375.	Extinção da fundação	496

CAPÍTULO XXVII RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

§ 43.	Procedimento	498
376.	Introito	498
377.	Conceito	498
378.	Objetivo	499

379.	Procedimento	500
	I Introdução.....	500
	II – Petição inicial	500
	III – Audiência.....	501
	IV Decisão	502

CAPÍTULO XXVII-A USUCAPIÃO

§ 43-A.Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel	504	
379-A. Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	504	
379-B. Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião	505	
379-C. Julgamento do procedimento administrativo	508	
	I Conversão em procedimento judicial.....	508
	II Indeferimento do pedido pelo Oficial do Registro de Imóveis	508
	III – Deferimento do pedido pelo registrador	508
379-D. Cabimento do procedimento extrajudicial.....	508	
379-E. Competência.....	509	

CAPÍTULO XXVII-B – ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA EXTRAJUDICIAL

§ 43-B.Desjudicialização do cumprimento forçado de compromisso de compra e venda de imóvel.....	511
379-F. Adjudicação compulsória extrajudicial.....	511
379-G. Pressupostos, requisitos e procedimento.....	511

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

CAPÍTULO XXVIII – O JUÍZO ARBITRAL

§ 44. Procedimento da arbitragem	512	
380. O juízo arbitral no direito brasileiro.....	512	
	I Introito.....	512
	II A Lei de Arbitragem.....	513
381. Disposições gerais	514	
381-A. A arbitragem e as garantias constitucionais do processo.....	516	
382. Convenção de arbitragem	516	
	382.1. Convenção arbitral e falência de signatário	517
383. Cláusula compromissória.....	517	
384. Requisitos da cláusula compromissória	518	
	384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo	519
	384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia.....	520
	384.3. Cláusula compromissória e pacto antenupcial e contrato de união estável	520
	384.4. Financiamento da arbitragem com recursos de terceiros.....	521
385. Execução da cláusula compromissória.....	521	
	I Implantação do juízo disciplinada na cláusula compromissória	521
	II – Omissão na cláusula compromissória sobre o juízo arbitral	521
	III – Execução forçada da cláusula arbitral	522
386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	522	

387.	Direito intertemporal.....	524
388.	Autonomia da cláusula compromissória.....	525
389.	Compromisso arbitral	525
	I Celebração do compromisso.....	525
	II – Elementos essenciais	526
	III – Elementos complementares	526
390.	Extinção do compromisso arbitral.....	526
391.	Os árbitros.....	527
	I – Designação.....	527
	II Deveres.....	527
	III – Substituição	528
392.	O procedimento	528
	I Garantias fundamentais	528
	II – Instauração do procedimento.....	529
	III – Deliberações iniciais.....	529
	IV Conflito de competência	530
	V – Rito a ser observado	530
	VI Ausências na atividade arbitral: efeitos.....	531
	VII – Procedimento eletrônico	531
	VIII – Litigância de má-fé.....	532
392-A.	Juízo arbitral e mediação	532
	I – Tentativa de conciliação	532
	II Cláusula escalonada.....	532
	III Outras disposições da Lei da Mediação acerca da cláusula escalonada.....	534
	IV – Suspensão do procedimento arbitral iniciado em desconformidade com cláusula escalonada ou equivalente	534
393.	Tutelas cautelares e de urgência	535
	I – A tutela provisória e o juízo arbitral	535
	II A atuação do juiz de direito.....	536
	III A produção antecipada de provas	537
394.	Carta arbitral.....	537
	I – Função	537
	II – Instrução	537
	III – Cumprimento	538
	IV Cooperação internacional.....	538
395.	Sentença arbitral.....	539
396.	Requisitos da sentença arbitral.....	539
396-A.	Execução da sentença arbitral e desconsideração da personalidade jurídica.....	540
397.	Recursos	541
398.	Nulidade da sentença arbitral	541
	I Hipóteses	541
	II – Competência	542
	III Prazo para impugnação	542
	IV – Nulidade absoluta e nulidade relativa da sentença arbitral	543
	V Sentença arbitral complementar	543
	VI – Nulidade da sentença arbitral não fundamentada e inobservância de precedente judicial vinculante	543

399.	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	545
	I Homologação.....	546
	II Negativa de homologação: hipóteses	546
	III – Informações complementares.....	546
399-A.	Superação de alguns problemas enfrentados pela sentença estrangeira.....	547
	I – Ofensa à ordem pública.....	547
	II – Convenção arbitral escrita.....	548
	III – A forma da convenção e a ordem pública.....	548
400.	Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro.....	549
401.	Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos	550
	401.1. A arbitragem e a Administração Pública	551
	401.2. Destaques do regime da Lei n° 13.129/2015	552
	I Aspectos subjetivos.....	552
	II Aspectos objetivos	553
	III – Sede de arbitragem	553
	IV Lei aplicável.....	554
	V Escolha do árbitro e da câmara de arbitragem	554
	VI – Publicidade.....	554
	VII – Idioma	554
402.	Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	555
402-A.	Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação.....	555
402-B.	Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral	556
403.	Alegação em juízo de convenção de arbitragem	556
403-A.	Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário.....	557
403-B.	Cláusula compromissória e contratos coligados.....	559
403-C.	Cláusula arbitral e sub-rogação de direitos do contratante em favor de terceiro	559
403-D.	Cláusula compromissória e grupos econômicos.....	560
403-E.	Conflito de competência entre tribunais arbitrais.....	561

Parte IV – Juizado Especial Civil

CAPÍTULO XXIX AS PEQUENAS CAUSAS E O ACESSO À JUSTIÇA

§ 45.	Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	564
404.	Introito.....	564
405.	Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	565
406.	Criação do Juizado Especial	566
407.	Princípios informativos.....	566
408.	Princípio da oralidade	566
409.	Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial.....	567
410.	Conciliação	568
411.	A facultatividade do Juizado Especial	569
	411.1. Desistência da ação no Juizado Especial e repositura na Justiça Comum....	570
412.	O Juizado Especial Civil.....	570
413.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	571
414.	O Juizado Especial Civil e o Código de Processo Civil.....	572
	I Normas gerais.....	572
	II Normas específicas	572
415.	O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	573

§ 46. O Órgão Judicante: Competência e Composição.....	574
416. Competência.....	574
I – Critério do valor da causa.....	574
II – Critério <i>ratione materiae</i>	574
III – Causas cíveis de menor complexidade.....	575
417. Foro competente.....	575
418. Conflito de competência.....	576
419. Competência para execução forçada.....	576
420. Limitações à competência.....	576
421. O órgão judicante.....	577
422. Distribuição de funções: tarefa do juiz.....	578
423. Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores.....	578
424. O juízo arbitral.....	579
§ 47. Partes.....	580
425. Legitimação <i>ad causam</i>	580
426. Legitimação <i>ad processum</i>	580
427. Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	581
428. Intervenção do Ministério Público.....	582
§ 48. Os atos processuais e o procedimento.....	583
429. Os atos processuais e sua forma.....	583
430. O procedimento.....	583
431. A propositura da ação.....	584
432. Citações e intimações.....	584
433. Requisitos da citação.....	585
434. Intimações.....	585
435. A audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	585
436. A resposta do réu.....	586
437. As provas.....	587
§ 49. A sentença e os recursos.....	588
438. A sentença.....	588
439. Recursos.....	588
I – Recurso inominado.....	588
II – Recurso extraordinário.....	589
III – Recurso contra decisão interlocutória.....	589
IV – Embargos declaratórios.....	589
V – Processamento.....	590
440. Mandado de segurança.....	591
441. Uniformização de jurisprudência.....	592
441.1. Competência para a reclamação.....	593
442. Extinção do processo.....	593
§ 50. Execução e Disposições Especiais.....	595
443. Execução forçada.....	595
I – Execução de título judicial.....	595
II – Execução de título extrajudicial.....	596

444.	As despesas processuais no Juizado Especial Civil.....	596
445.	Curadorias e assistência judiciária.....	597
446.	Acordos extrajudiciais.....	597
447.	Ação rescisória.....	597
448.	Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	597

CAPÍTULO XXX – O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

§ 51.	As Pequenas causas na Justiça Federal	600
449.	A instituição do Juizado Especial Federal.....	600
450.	Disciplina legal	600
451.	Princípios informativos.....	600
452.	Competência absoluta	601
453.	Conflito de competência.....	601
§ 52.	Órgão judicante	602
454.	Composição do órgão judicante.....	602
455.	Sessão de conciliação.....	602
456.	Competência.....	602
457.	Conflito de competência.....	603
458.	Causas de competência dos Juizados Especiais Federais.....	603
§ 53.	Partes.....	605
459.	Legitimação.....	605
460.	Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	605
461.	Ministério Público	605
462.	<i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	605
§ 54.	Atos Processuais e Procedimento.....	607
463.	Princípios	607
464.	Atos de comunicação processual	607
465.	Uso de meios eletrônicos.....	607
466.	Prazos.....	607
467.	Petição inicial.....	607
468.	Resposta.....	608
469.	Exceções	608
470.	Sessão de conciliação.....	608
471.	Instrução probatória.....	608
472.	A sentença e as máximas de experiência	609
473.	Reexame necessário	609
§ 55.	Sistema Recursal.....	610
474.	Recursos no Juizado Especial	610
475.	Recurso especial e recurso extraordinário.....	610
476.	Incidente de uniformização de jurisprudência	610
§ 56.	Execução e Medidas Preventivas	612
477.	Execução.....	612
478.	Medidas cautelares.....	612

XXX CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Vol. II – *Humberto Theodoro Júnior*

479.	Antecipação de tutela.....	613
479-A.	Demonstrativo do débito exequendo atualizado	613

CAPÍTULO XXXI OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

§ 57.	As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios.....	615
480.	A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	615
481.	Disciplina legal	615
482.	Competência absoluta	615
§ 58.	Órgão julgante	617
483.	Composição do órgão julgante.....	617
484.	Competência.....	617
§ 59.	Partes.....	619
485.	Legitimação	619
486.	Ministério Público	619
487.	Representação das partes.....	619
§ 60.	Atos processuais e procedimento	620
488.	Atos de comunicação processual e prazos.....	620
489.	Petição inicial, citação e resposta.....	620
490.	Audiência de conciliação	620
491.	Instrução probatória	620
492.	Sentença e recurso de ofício	621
493.	Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	621
§ 61.	Sistema recursal	622
494.	Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	622
495.	Uniformização de jurisprudência.....	622
496.	Causas repetitivas.....	622
	I Incidente de uniformização submetido ao STJ	622
	II – Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	623
497.	Medidas de urgência.....	623
§ 62.	Sistema de execução de sentença nos juizados especiais da Fazenda Pública.....	624
498.	Cumprimento da sentença.....	624
499.	Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa	624
500.	Obrigações de quantia certa.....	624
	500.1. Limite legal das requisições de pequeno valor.....	625

Parte V – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados Fora do Código de Processo Civil

CAPÍTULO XXXII – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

§ 63.	A constituição e o processo.....	627
501.	O direito processual constitucional.....	627
502.	Os fundamentos do direito processual constitucional.....	627
§ 64.	Mandado de segurança.....	629
503.	Conceito	629

504.	Natureza da ação	629
505.	Legitimação ativa	630
506.	Legitimação passiva	630
	I Pessoa jurídica na relação processual	630
	II – Autoridade coatora: como identificá-la?	632
507.	Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança	633
508.	Ato de autoridade judicial	633
509.	Ato sujeito a recurso administrativo	634
510.	Litisconsórcio	635
511.	Assistência	635
512.	Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo	636
513.	Procedimento	637
	I Petição inicial	637
	II – Notificação	637
	III – Revelia	637
	IV – Sentença	637
514.	Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante	638
515.	Liminar	638
516.	Suspensão da segurança	640
517.	Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	641
518.	Competência	642
519.	Desistência do mandado de segurança	643
520.	Sentença e coisa julgada	643
521.	Inovações processuais da Lei n° 12.016, de 07.08.2009	644
§ 65.	Mandado de segurança coletivo	649
522.	Conceito	649
523.	Direitos coletivos e direitos difusos	649
524.	Legitimação ativa	650
525.	Legitimação passiva	651
526.	Procedimento e competência	651
527.	Liminar	652
527-A.	Execução	652
§ 66.	Mandado de injunção	654
528.	Conceito	654
	I Ação constitucional de mandado de injunção	654
	II O problema da inconstitucionalidade por omissão	654
	III A ação direta de inconstitucionalidade e o mandado de injunção	654
	IV – Omissão normativa praticada pela Administração	655
529.	Objeto	656
530.	Pressupostos	657
	I Omissão normativa inconstitucional	657
	II – Omissão total e omissão parcial	658
	III – Casos de inadmissibilidade do mandado de injunção	658
	IV – Comprometimento da eficácia da norma constitucional não regulamentada	659
	V – Perda de objeto da ação de injunção	660

531.	Legitimação.....	660
	I Observações gerais.....	660
	II – Legitimação ativa.....	661
	III Litisconsórcio ativo.....	661
	IV – Legitimação passiva.....	661
532.	Competência.....	662
	I – Na esfera federal.....	662
	II Na esfera estadual.....	663
533.	Procedimento.....	663
	I – Petição inicial.....	663
	II Documentos fora do alcance do impetrante.....	663
	III – Pedido (objeto do processo).....	664
	IV Prazo para ajuizamento do mandado de injunção.....	664
	V Julgamento do mandado de injunção.....	664
	VI – Não se trata, entretanto, de ação de cobrança.....	665
	VII Coisa julgada.....	666
	VIII Renovação da ação de mandado de injunção.....	667
	533.I. Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção.....	667
533-A.	Desistência da ação de mandado de injunção.....	667
533-B.	Intervenção do Ministério Público.....	668
533-C.	Medida liminar.....	668
533-D.	Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção.....	669
533-E.	Ampliação dos limites subjetivos da injunção.....	669
533-F.	Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão.....	670
533-G.	“Provisoriedade” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção.....	671
533-H.	Recursos.....	672
533-I.	Mandado de injunção coletivo.....	673
533-J.	Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	673
533-K.	Litispêndência.....	674
§ 67.	<i>Habeas Data</i>	677
534.	Conceito.....	677
535.	Natureza jurídica.....	678
536.	Legitimidade e interesse.....	678
537.	Objeto do <i>habeas data</i>	679
538.	Competência.....	680
539.	Procedimento.....	680
540.	Cumprimento da sentença.....	681
541.	Coisa julgada.....	681
§ 68.	Ação popular	683
542.	Conceito.....	683
543.	Requisitos.....	683
544.	Atos atacáveis pela ação popular.....	684
544-A.	Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos...	684
545.	Legitimação.....	685
546.	Procedimento.....	685

547.	Sentença.....	686
548.	Coisa julgada.....	686
549.	Execução.....	686
550.	Prescrição.....	687
§ 68-A.	Ações diretas de controle de constitucionalidade.....	688
550-A.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	688
550-B.	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI).....	689
	I – Competência.....	689
	II – Legitimação.....	689
	III – Objeto.....	690
	IV – Princípio da demanda.....	690
	V – Procedimento.....	691
	VI – Medida cautelar.....	692
	VII – Julgamento final.....	692
	VIII – Efeitos.....	692
	IX – Modulação temporal dos efeitos da ADI.....	692
550-C.	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	694
	I – O escopo do remédio constitucional.....	694
	II – Competência.....	694
	III – Legitimação.....	694
	IV – Objeto.....	694
	V – Procedimento.....	695
	VI – Medida cautelar.....	695
	VII – Julgamento final.....	695
550-D.	Ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	695
550-E.	Ação direta interventiva (AI).....	696
	I – Conceito e objetivo.....	696
	II – Natureza.....	696
	III – Legitimação.....	696
	IV – Procedimento.....	697

CAPÍTULO XXXIII – AÇÕES COLETIVAS

§ 69.	Ação civil pública e outras ações coletivas.....	699
551.	Histórico.....	699
552.	Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	700
553.	Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública.....	701
554.	Objeto da ação civil pública.....	701
555.	Ações coletivas possíveis após o CDC.....	704
	I – Direitos individuais homogêneos.....	704
	II – Direitos difusos e coletivos.....	705
	III – Procedimento único.....	705
	IV – Edital para conhecimento de terceiros interessados.....	707
556.	Legitimação.....	707
	556.1. Substituição da entidade autora no curso do processo.....	710
556-A.	Legitimação de pessoa jurídica de direito público.....	710
557.	Ação coletiva por meio de associação.....	711
	I – Defesa dos direitos coletivos e dos individuais homogêneos.....	711

II – Defesa coletiva de direitos dos associados.....	712
III – A associação e a ação civil pública	713
558. Ações coletivas promovidas por sindicatos	713
I Representação ou substituição processual?	713
II Execução da sentença em ações ajuizadas pelo sindicato: requisitos	714
559. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneo	715
559-A. Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis	718
559-B. Custeio da perícia na ação civil pública movida pelo Ministério Público.....	719
560. Inquérito civil	719
I Função	719
II Natureza	720
III Instauração e procedimento	720
560-A. Ação civil pública e políticas públicas.....	721
560-B. Negócio jurídico processual em ação civil pública.....	725
561. Competência.....	725
562. Procedimento	726
562.1. Regime especial das despesas com as provas necessárias na ação civil pública .	726
563. Liminar	726
563-A. Remessa necessária	727
563-B. Verba advocatícia sucumbencial.....	727
563-C. Cabimento da imposição de <i>astreinte</i>	728
564. Coisa julgada.....	728
564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva.....	731
565. Execução.....	732
565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva.....	733
565.2. Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente	734
566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação	735
566.1. Cumprimento de sentença coletiva: o <i>fluid recovery</i> e as associações	736

CAPÍTULO XXXIV – AÇÕES LOCATÍCIAS

§ 70. Generalidades	738
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais	738
568. Tramitação durante as férias forenses	738
569. Competência do <i>forum rei sitae</i>	739
570. Valor da causa	739
571. Atos de comunicação processual	740
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	741
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação.....	741
§ 71. Ação de despejo	743
573. Natureza	743
574. A força executiva do procedimento.....	744
575. A liminar na ação de despejo	745
576. Legitimação	746
577. Documentação da petição inicial.....	747
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	747

579.	Denúncia vazia	747
580.	Denúncia cheia.....	748
§ 72.	Ação de despejo por falta de pagamento	750
581.	Cabimento.....	750
582.	Consequência da cumulação de pedidos.....	750
583.	Purga da mora	751
584.	Reiteração abusiva da purga da mora.....	752
585.	Purga da mora e contestação.....	752
§ 73.	Execução da sentença de despejo.....	755
586.	Desocupação voluntária.....	755
587.	Execução forçada.....	755
588.	Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	756
589.	Execução provisória e caução.....	756
590.	Abandono do imóvel pelo locatário	756
§ 74.	Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação.....	758
591.	Cabimento.....	758
592.	Legitimação.....	758
593.	Pressupostos.....	758
594.	Procedimento	759
595.	Petição inicial.....	759
596.	Depósito judicial	759
597.	Prestações vincendas	759
598.	Revelia.....	759
599.	Contestação.....	759
600.	Reconvenção	760
601.	Complementação do depósito após a contestação	760
602.	Levantamento do depósito.....	760
§ 75.	Ação revisional de aluguel	762
603.	Cabimento.....	762
604.	Natureza	762
605.	Legitimação.....	762
606.	Procedimento	762
607.	Petição inicial.....	763
608.	Aluguel provisório	763
609.	Contestação.....	765
610.	Sentença.....	765
	610.1. Critérios a observar no arbitramento judicial de novo aluguel	766
611.	Verbas de sucumbência.....	767
612.	Execução de sentença	767
613.	Acordo de desocupação	768
§ 76.	Ação Renovatória.....	770
614.	Cabimento.....	770
615.	Natureza jurídica.....	770

616.	Legitimação.....	771
617.	Procedimento.....	772
618.	Petição inicial.....	772
619.	A defesa do locador.....	775
620.	Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais.....	775
621.	Defesa baseada no valor real da locação.....	775
622.	Defesa baseada em melhor proposta de terceiro.....	776
623.	Retomada para construção ou reconstrução.....	776
624.	Retomada para uso próprio.....	777
625.	Aluguel provisório.....	777
626.	Sentença.....	777
627.	Sentença de retomada.....	779
628.	Execução de sentença.....	779
629.	Indenização de perdas e danos.....	780

CAPÍTULO XXXV – AÇÕES DECORRENTES DE *LEASING* E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

§ 77.	Alienação fiduciária em garantia.....	783
630.	Introdução.....	783
	630.1. A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário.....	784
631.	Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis).....	785
632.	Busca e apreensão.....	786
	632.1. Consequências da improcedência da ação de busca e apreensão.....	790
	632.2. Alcance da sentença de mérito na ação de busca e apreensão.....	791
633.	Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão.....	791
634.	Ação de depósito.....	792
635.	Ação de execução.....	792
635-A.	Conversão da busca e apreensão em execução: valor exequível.....	793
635-B.	Procedimento extrajudicial criado pela Lei nº 14.711/2023 aplicável à alienação fiduciária de bens móveis.....	794
635-C.	Entrega voluntária do bem objeto da alienação fiduciária.....	795
635-D.	Utilização abusiva do procedimento extrajudicial.....	795
635-E.	Autotutela executiva na realização do crédito garantido por alienação fiduciária.....	795
635-F.	Prestação de contas.....	797
636.	Execução da alienação fiduciária de bem imóvel.....	797
	Regime substancial.....	797
	II Inovações introduzidas pelas Leis nº 11.481/2007; nº 14.620/2023 e nº 14.711/2023.....	798
	III – Constituição da propriedade fiduciária.....	799
	IV – Extensão da alienação fiduciária de imóvel nas operações bancárias.....	799
	V – Resolução da propriedade fiduciária do imóvel (Lei nº 9.514/1997, art. 25).....	800
	VI – Regime processual.....	800
	VII – Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumido.....	802
636.1.	Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente.....	803

636.2. Despesas condominiais e tributos incidentes sobre o imóvel alienado fiduciariamente	806
636.3. O leilão, suas particularidades e seus efeitos.....	807
636-A. Taxa de ocupação	807
636-B. Inoponibilidade, ao comprador do imóvel, da hipoteca, ou da alienação fiduciária contratadas pelo construtor junto ao financiador da obra	808
636-C. Recuperação judicial e falência do devedor alienante.....	809
636-D. Inaplicação do direito de arrependimento do compromisso de compra e venda de imóvel, com restituição de prestações pagas	811
636-E. Opção entre a execução especial da Lei nº 9.514/1997 e a execução de título extrajudicial.....	812
636-F. Execução por agente de garantia.....	813
§ 78. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	817
637. Noção de arrendamento mercantil	817
637.1. Descaracterização do contrato de <i>leasing</i>	817
638. Ações decorrentes do <i>leasing</i>	818
638.1. Despesas com o depósito do bem arrendado	821
638-A. Arrendamento mercantil e usucapião pelo devedor arrendatário.....	821
639. Aspecto tributário	822
Bibliografia.....	825
Índice dos Fluxogramas.....	847